

LEANDRO MENEZES RODRIGUES

**A NECESSIDADE DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR NO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS COMO CONSEQUÊNCIA DA CONVERGÊNCIA DAS
NORMAS BRASILEIRAS ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CURRÍCULO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ COM A PROPOSTA MUNDIAL DO ISAR/UNCTAD**

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Marcio Scherer

CURITIBA

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por todas as graças que tem me concedido, pois sem Ele nada seria possível.

Agradeço aos meus pais por terem me possibilitado uma educação de qualidade, e, principalmente, por terem sido responsáveis pela formação do caráter. Pessoas das quais sinto muito orgulho e que me inspiram em todos os aspectos da vida.

Agradeço à minha companheira de todas as horas, Stela, pela paciência e compreensão ao longo de todo este período em que diversas vezes abdicamos dos períodos de lazer a fim de atingir mais este objetivo em minha vida.

Agradeço a todos os professores do programa de especialização em Contabilidade e Finanças pela paciência, compreensão e por todos os ensinamentos que foram transmitidos ao longo de cada disciplina.

Agradeço a todos os meus colegas de classe por todo apoio, em especial a Juliany Silva Lucas, que me ajudou em diversos momentos de dificuldade, tanto na graduação quanto na especialização.

Agradeço a todos os professores que me apoiaram ao longo da graduação, em especial aos professores que sempre me incentivaram a participar do programa de pós-graduação e a pesquisar: Dr. Luciano Marcio Scherer e Dra. Marcia Maria Bortolucci do Santos Espejo.

E agradeço às demais pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu conseguisse finalizar mais esta jornada de estudos.

*“Agradeço todas as dificuldades que
enfrentei; não fosse por elas, eu não teria
saído do lugar. As facilidades nos
impedem de caminhar.”*

Francisco Cândido Xavier

RESUMO

No Brasil, as normas contábeis vêm passando por significativas mudanças desde a edição da Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76. Posteriormente, foi editada a Lei nº 11.941/08 que alterou dispositivos da Lei nº 11.638/07 e incluiu novos entendimentos. Por sua vez, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC tem editado diversos documentos que alteram procedimentos contábeis adotados no Brasil. Estas mudanças fazem parte do processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Porém, para isto, faz-se necessário que os currículos adotados no Brasil se adéquem ao padrão mundial. Como forma de padronizar e harmonizar a grade curricular aplicada nos cursos de Ciências Contábeis, um grupo de profissionais, o ISAR/UNCTAD, reuniu-se para elaborar uma proposta mundial a ser adotada por todas as Instituições de Ensino Superior com o intuito de reduzir as disparidades existentes entre os sistemas nacionais de educação no mundo. Além disso, no âmbito nacional, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis vem emitindo diversos pronunciamentos buscando harmonizar entendimentos contábeis com o padrão adotado mundialmente. Um dos principais benefícios da padronizar reside no fato de possibilitar uma melhor comparabilidade entre os dados interpretados independentemente do país em que a empresa esteja instalada, com conseqüente redução de custo. Assim, a questão de pesquisa consiste em identificar a necessidade de reestruturação curricular no curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Paraná como consequência da harmonização da ciência contábil, fazendo uma análise comparativa entre o currículo da UFPR com a proposta mundial do ISAR/UNCTAD. Os objetivos específicos são: identificar as disciplinas que compõem o currículo da UFPR; identificar as disciplinas que compõem o currículo proposto pelo ISAR/UNCTAD; identificar as similaridades e divergências entre o currículo proposto pela UFPR; ISAR/UNCTAD, propor um currículo, tendo como base o previsto no ISAR/UNCTAD e propor a inserção do conteúdo de alguns Pronunciamentos Contábeis nas disciplinas básicas do currículo proposto. Assim, foi constatado que, excluindo as disciplinas de conhecimentos gerais em que o documento internacional afirma que deve ser adaptada a realidade do país, todas as demais disciplinas lecionadas na UFPR constavam no currículo proposto pela ISAR/UNCTAD, seja a nível obrigatório ou optativo. Porém, algumas disciplinas consideradas obrigatórias pelo currículo mundial não estavam incluídas no currículo da Instituição analisada. Sendo assim, foi proposto um currículo em que todos os módulos de conhecimentos sugeridos pelo organismo internacional fossem contemplados, incluindo a inserção dos pronunciamentos contábeis nos conteúdos das disciplinas base do curso.

Palavras-chave: Ciências Contábeis, Currículo, UFPR e ISAR/UNCTAD.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pronunciamentos Técnicos Emitidos pelo CPC	16
Quadro 2: Instruções Técnicas Emitidas pelo CPC.....	17
Quadro 3: Orientações Técnicas Emitidas pelo CPC.....	18
Quadro 4: Currículo Estabelecido pelo Decreto-Lei nº 7.988/45.....	25
Quadro 5: Divisão do Currículo de Ciências Contábeis em Ciclos Básico e Profissional.....	26
Quadro 6: Legislações que tratam do Ensino Superior de Ciências Contábeis	27
Quadro 7: Currículo Mundial ISAR/UNCTAD/ONU dividido em Blocos de Conhecimento	29
Quadro 8: Currículo da Universidade Federal do Paraná dividido em Blocos de Conhecimento	33
Quadro 9: Currículo Mundial ISAR/UNCTAD/ONU divididos em Módulos	37
Quadro 10: Proposta de Currículo para UFPR dividida em Blocos de Conhecimento.....	41
Quadro 11: Proposta de Grade Curricular e Carga Horária por disciplina da UFPR.	43
Quadro 12: Proposta de Inclusão dos Pronunciamentos Contábeis no Conteúdo das Disciplinas da UFPR	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Conhecimentos Organizacionais e da Atividade Comercial	38
Gráfico 2: Tecnologia da Informação.....	38
Gráfico 3: Conhecimentos Básicos de Contabilidade e Áreas Afins.....	39
Gráfico 4: Nível Optativo Avançado de Contabilidade e Áreas Afins.....	39
Gráfico 5: Conhecimentos Gerais.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BM&F BOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

CES – Câmara de Ensino Superior

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CNE – Conselho Nacional de Educação

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFAC – *International Federation of Accountants*

ISAR – Intergovernmental Working Group on Experts on International Standards on Accounting and Reporting

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

ONU – Organização das Nações Unidas

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNCTAD – United Nations Conference on Trade Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	Processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais ...	14
2.2	Um resumo sobre a história da Universidade Federal do Paraná	19
2.3	Aspectos históricos do ensino superior da contabilidade no Brasil	20
2.3.1	Um breve histórico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná	21
2.4	Currículo	22
2.5	A evolução curricular	24
2.5.1	Currículo mundial proposto pelo ISAR/UNCTAD	27
2.5.2	Currículo da Universidade Federal do Paraná	32
3	METODOLOGIA	34
3.1	Quanto à finalidade	34
3.2	Quanto aos meios	34
3.3	Quanto à amostra	35
3.4	Quanto à coleta e análise de dados	35
4	INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	36
4.1	Comparação entre a estrutura curricular adotada pela UFPR e a estrutura curricular adotada pelo ISAR/UNCTAD	36
4.2	Proposta de estrutura curricular a ser adotada pela UFPR	41
4.2.1	Proposta de Inclusão dos Pronunciamentos Contábeis no Conteúdo das Disciplinas da UFPR	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	Referências	49

1 INTRODUÇÃO

Desde a promulgação repentina da Lei nº 11.638/07 que ocorreu ao “apagar das luzes” da sessão legislativa - 28 de dezembro de 2007 – aliada a decisão do Brasil em adotar os padrões contábeis aceitos internacionalmente, as normas da contabilidade brasileira vêm sofrendo significativas alterações.

Essa tendência de harmonização dos procedimentos contábeis brasileiros às normas internacionais de contabilidade surge da necessidade de integração dos mercados mundiais. O intuito dos doutrinadores brasileiros é de que esta sintonia ocorra a partir de eventos contábeis ocorridos em 2010. Sendo assim, a partir desta data, o Brasil atenderá às determinações do Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB – *International Accounting Standards Board*) e com as Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC – *International Federation of Accountants*).

No entanto, muito mais que modificações legais, os novos dispositivos e as novas interpretações, que serão obrigatórias nas demonstrações contábeis elaboradas a partir de 2011, exigirão uma mudança de postura do Profissional da ciência contábil. Para muitos contadores que já possuem doutrinas e rotinas arraigadas, a nova abordagem o obrigará a quebrar paradigmas para que este profissional permaneça competitivo no mercado.

No Brasil, o processo de convergência das normas brasileiras ao padrão internacional iniciou-se, formalmente, quando da edição da Resolução CFC nº 1.055/05, em que foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, tendo como objetivo:

“o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.”

Cabe destacar que, num primeiro momento, não houve atuação efetiva do CPC. Muitas normas contábeis eram editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Banco Central do Brasil – BACEN, pois se viam na contingência de ditar tratamentos contábeis pontuais e específicos para as entidades sob suas respectivas esferas de regulação. Por este

motivo, tem-se o momento da promulgação da Lei nº 11.638/07 como marco da mudança.

Na atual conjuntura do mundo globalizado, exige-se do profissional da Ciência Contábil uma postura pró-ativa na execução das tarefas e conhecimento das normas internacionalmente aplicadas, pois até as Pequenas e Microempresas estão se adequando a esta nova exigência para se manterem no mercado.

Niyama (2008) afirma que a contabilidade brasileira sempre foi fortemente vinculada à legislação tributária, sendo regulamentada por organismos governamentais. Sendo assim, o principal usuário das informações contábeis era o próprio governo. Com isto, o Contador preocupava-se em gerar informações para o fisco ficando o empresário sem subsídios consistentes que apoiassem a tomada de decisão.

Ao longo dos anos, o campo de atuação do Contador cresceu significativamente, tendo a exigência sobre este profissional aumentado na mesma proporção. Destarte, frente às novas exigências mercadológicas e legais, observa-se a necessidade de que as instituições de ensino superior se adaptem às necessidades que surgem, tendo em vistas serem as responsáveis pela formação inicial do profissional contábil. Segundo Niyama (2008, p. 4), “a qualidade da educação na área contábil tem significativo impacto na qualidade e no tipo de informações, bem como no sistema contábil capaz de gerar informações.

O processo de formação de profissionais da área de Ciências Contábeis também é uma preocupação para organismos internacionais. Os esforços destes organismos foram intensificados a partir de 1993 com a criação do ISAR – *International Standards of Accounting and Reporting* – órgão ligado a UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

A iniciativa do ISAR foi estabelecer um currículo de referência, com o intuito de padronizar e harmonizar os procedimentos contábeis adotados no mundo e assim reduzir a disparidades existentes entre os sistemas nacionais de educação no mundo.

Visto toda a necessidade de uma mudança de postura dos profissionais da área contábil frente às exigências impostas pelos novos dispositivos legais e nova interpretação trazida pela adoção do Brasil às normas internacionais de contabilidade que atendam o perfil atualmente exigido pelo mercado é de

fundamental importância notar que a educação da Ciência Contábil, desde a sua base, é um dos caminhos mais eficazes para atingir este objetivo.

Para isto, como forma de atualização para quem já está no mercado de trabalho os Conselhos Regionais de Contabilidade, em seus projetos de educação continuada, vem ministrando diversos cursos sobre o processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

Entretanto, para quem ainda está na graduação, é dever da Instituição de Ensino Superior atualizar o aluno para que este ingresse no mercado de trabalho já familiarizado com os novos procedimentos que estão sendo adotados como consequência da harmonização contábil.

Sendo assim, para que isto ocorra de forma satisfatória, as Instituições de Ensino Superior devem adaptar os currículos dos cursos de ciências contábeis de forma que os novos procedimentos adotados pela contabilidade brasileira sejam parte integrante do conteúdo a ser ministrado.

Parte-se do pressuposto de que quanto maior a similaridade do currículo adotado na UFPR com o proposto pela ISAR/UNCTAD maior será a harmonização da educação contábil dos alunos formados pela Universidade.

O objetivo geral que norteia esta pesquisa é comparar o currículo adotado no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná com o currículo mundial proposto pelo ISAR/UNCTAD e, com base nisto, elaborar um currículo que servirá como proposta à UFPR, para que assim seja possível aproximar a realidade vivida pelos alunos e os conteúdos que constituem os currículos escolares.

Os objetivos específicos que servirão de caminho para atingir o objetivo geral serão: identificar as disciplinas que compõem o currículo da UFPR, identificar as disciplinas que compõem o currículo proposto pelo ISAR/UNCTAD, identificar as similaridades e divergências entre o currículo proposto pela UFPR e ISAR/UNCTAD, propor um currículo, tendo como base o previsto no ISAR/UNCTAD, propor a inserção do conteúdo de alguns Pronunciamentos Contábeis nas disciplinas básicas do currículo proposto.

Desta forma, para que se tenha profissionais que atendam as exigências impostas pelos mercados atuais, faz-se *mister* que as instituições de ensino superior adéquem sua estrutura curricular para que os recém-formados entrem competitivos no mercado, tendo em vista que os contadores contemporâneos não podem mais se

limitar, em matéria de conhecimento, a efetuar "débito e crédito", apuração de impostos e elaboração de demonstrações contábeis.

Por isso, este estudo tem como base a seguinte questão de pesquisa: Quais as similaridades e as divergências entre o currículo adotado no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná com a proposta do *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting- ISAR* e *United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD*?

Para isto, nesta pesquisa, será analisado, comparativamente, o currículo do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná, com o currículo mundialmente proposto pelo ISAR/UNCTAD.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais

Fundado em 29 de junho de 1973, por nove países – Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido e Irlanda – e com sede em Londres, o *International Accounting Standards Board* - IASB é o organismo internacional que elabora as normas internacionais de contabilidade as quais são utilizadas por mais de cem países do mundo, possuindo mais de cento e quarenta membros.

As normas internacionais são denominadas: *International Financial Reporting Standard* – IFRS (antes de 2003 denominavam-se *International Accounting Standard* – IAS) e *International Financial Reporting Interpretation Committee* – IFRIC (antes de 2003 denominavam-se *Standard Interpretation Committee* – SIC).

Quando da sua fundação, era denominado de *International Accounting Standards Committee* (IASC), passando a denominação atual de 1º de abril de 2001.

A forma como o IASB surgiu, se desenvolveu e se transformou ao longo da sua história, fez o órgão conquistar o reconhecimento mundial como organismo privado emissor de normas de contabilidade de elevada qualidade.

Conforme Müller e Scherer (2009, p.28), o IASB “tem a tarefa de propor normas para balizar a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis, procurando fazer com que essas normas sejam acatadas mundialmente.”

Os objetivos do IASB que estão definidos no acordo que precede a sua carta constitutiva são os seguintes:

- a) elaborar e publicar, notoriamente, normas contábeis internacionais, que deverão ser observadas nos relatórios contábeis; e
- b) promover a aceitação e adoção prática de tais normas em escala mundial.

Ainda segundo Müller e Scherer (2009, p.30), “o cumprimento desses objetivos não está, de modo algum, isento de problemas, uma vez que a tradição profissional, a realidade socioeconômica e a estrutura institucional dos diferentes países apresentam importantes divergências.

Neste contexto, surge no Brasil, como forma de mitigar alguns desses problemas e contribuir no processo evolutivo da contabilidade no país, o Comitê de

Pronunciamentos Contábeis – CPC. Criado pela Resolução do CFC nº 1.055 de 7 de outubro de 2005, o órgão tem por objetivo

“o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.”

Além disso, o CPC tem como atribuição estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo e a redação de Pronunciamentos Técnicos.

A idealização deste Comitê ocorreu, principalmente, em função das necessidades de: convergência internacional das normas contábeis, e consequente redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital; centralização na emissão de normas dessa natureza, pois no Brasil, diversas entidades o fazem; representação e processo democráticos na produção dessas informações.

Sendo assim, o CPC representa a perspectiva de importantes avanços no caminho da atualização e da modernização de normas e preceitos contábeis. Na perspectiva da história, ele é o resultado da abertura da economia brasileira para o exterior, a qual reduziu as fronteiras internacionais, inclusive em relação às economias mais avançadas.

Quanto à composição, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis é integrado pelas seguintes entidades: ABRASCA, APIMEC NACIONAL, BM&F BOVESPA S.A, CFC, IBRACON e FIPECAFI.

Contudo, cabe destacar que, inicialmente, a CPC não provocou alteração alguma na contabilidade brasileira. Não havia atuação por parte do órgão. Entretanto, no final de 2007 foi sancionada a Lei nº. 11.638/2007 que trouxe novidades de extrema importância para contabilidade do país, sendo considerada como o verdadeiro marco inicial das mudanças que aconteceram posteriormente.

A lei supracitada determinou a convergência às normas internacionais e mencionou a adoção do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mudando estruturalmente a forma de contabilização adotada no país àquela época.

Porém, o Projeto da Lei nº 3.741 que deu origem a Lei nº 11.638/2007 ficara sete anos na Câmara de Deputados, não por problemas contábeis, e sim pela

disputa na divulgação dos balanços pelas sociedades de grande porte e pela publicação das demonstrações contábeis nos jornais e nos diários oficiais.

Enquanto o Projeto de Lei tramitava pelo Congresso Nacional, as normas contábeis evoluíam. Por isso, muitas mudanças advindas da Lei já entraram em vigor precisando ser revisadas. Como consequência, em 4 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 449/08, que posteriormente se tornou a Lei nº 11.941/09. Este normativo surgiu como forma de corrigir algumas discrepâncias ocasionadas pela Lei nº 11.638/07 e inserir novos dispositivos, adequando-se a realidade da contabilidade no mundo contemporâneo.

Após as mudanças de fato ocasionadas pelas leis citadas acima é que o CPC passou atuar de forma efetiva, cumprindo os objetivos para o qual foi criado.

Para atingir o objetivo de harmonizar a Ciência Contábil brasileira aos padrões internacionais, o CPC tem emitido diversos Pronunciamentos Contábeis, conforme segue abaixo:

Quadro 1: Pronunciamentos Técnicos Emitidos pelo CPC

PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS		IAS/IFRS	Resolução CFC
CPC 00	Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual	<i>Framework</i>	1.212/08
CPC 01 R1	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	IAS 36	1.292/10
CPC 02 R2	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	IAS 21	1.295/10
CPC 03 R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IAS 7	1.296/10
CPC 04 R1	Ativo Intangível	IAS 38	1.303/10
CPC 05 R1	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IAS 24	1.297/10
CPC 06 R1	Operações de Arrendamento Mercantil	IAS 17	1.304/10
CPC 07 R1	Subvenção e Assistência Governamentais	IAS 20	1.305/10
CPC 08 R1	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	IAS 39 – Partes	1.313/10
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado		1.138/08 1.162/09
CPC 10 R1	Pagamento Baseado em Ações	IFRS 2	1.314/10
CPC 11	Contratos de Seguro	IFRS 4	1.150/09
CPC 12	Ajuste a Valor Presente		1.151/09
CPC 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08		1.152/09
CPC 15	Combinação de Negócios	IFRS 3	1.175/09
CPC 16 R1	Estoques	IAS 2	1.170/09 1.273/10
CPC 17	Contratos de Construção	IAS 11	1.171/09
CPC 18	Investimento em Coligada e em Controlada	IAS 28	1.241/09
CPC 19	Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)	IAS 31	1.242/09
CPC 20	Custos de Empréstimos	IAS 23	1.172/09
CPC 21	Demonstração Intermediária	IAS 34	1.174/09
CPC 22	Informações por Segmento	IFRS 8	1.176/09

CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	1.179/09
CPC 24	Evento Subsequente	IAS 10	1.184/09
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IAS 37	1.180/09
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	1.185/09 1.273/10
CPC 27	Ativo Imobilizado	IAS 16	1.177/09
CPC 28	Propriedade para Investimento	IAS 40	1.178/09
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IAS 41	1.186/09
CPC 30	Receitas	IAS 18	1.187/09
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	IFRS 5	1.188/09
CPC 32	Tributos sobre o Lucro	IAS 12	1.189/09
CPC 33	Benefícios a Empregados	IAS 19	1.193/09
CPC 34	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais (Audiência encerrada)	IFRS 6	-
CPC 35	Demonstrações Separadas	IAS 27	1.239/09
CPC 36 R1	Demonstrações Consolidadas	IAS 27	1.240/09 1.273/10
CPC 37 R1	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	1.306/10
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	IAS 39	1.196/09
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	IAS 32	1.197/09
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	IFRS 7	1.198/09
CPC 41	Resultado por Ação	IAS 33	1.287/10
CPC 43 R1	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41		1.315/10
CPC ME	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (com Glossário de Termos)	IFRS SME	1.255/09 1.285/10 1.319/10

Fonte: www.cpc.org.br

Além da emissão de pronunciamentos contábeis, o comitê emite documentos denominados de Interpretações Técnicas que servem esclarecer a forma de aplicação de alguns pronunciamentos técnicos. Até o momento foram emitidas dezesseis, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 2: Interpretações Técnicas Emitidas pelo CPC

INTERPRETAÇÕES TÉCNICAS		IAS/IFRS	Resolução CFC
ICPC 01	Concessões	IFRIC 12	1.261/09
ICPC 02	Contrato de Construção do Setor Imobiliário	IFRIC 15	1.266/09
ICPC 03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil	IFRIC 4, SIC 15, SIC 17	1.256/09
ICPC 04	Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – ENLOBADO PELO CPC 10 R1	IFRIC 8	1.314/10
ICPC 05	Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria – ENLOBADO PELO CPC 10 R1	IFRIC 11	1.314/10
ICPC 06	Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior	IFRIC 16	1.259/09
ICPC 07	Distribuição de Lucros <i>In Natura</i>	IFRIC 17	1.260/09
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos		1.195/09

ICPC 09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial		1.262/09
ICPC 10	Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43		1.263/09
ICPC 11	Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes	IFRIC 18	1.264/09
ICPC 12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares	IFRIC 1	1.265/09
ICPC 13	Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental	IFRIC 5	1.288/10
ICPC 14	Cotas de Cooperados em Entidades Cooperativas e Instrumentos Similares	IFRIC 2	-
ICPC 15	Passivos Decorrentes de Participação em um Mercado Específico – Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos	IFRIC 6	1.289/10
ICPC 16	Extinção de passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais	IFRIC 19	1.316/10

Fonte: www.cpc.org.br

Outro produto elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de suma importância neste processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais é a Orientação Técnica. Até o presente momento foram emitidas cinco orientações, conforme quadro abaixo, que tem como principal objetivo esclarecer assuntos que têm gerado dúvidas quanto às práticas contábeis adotadas, após a emissão de algum Pronunciamento Técnico.

Quadro 3: Orientações técnicas Emitidas pelo CPC

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS		IAS/IFRS	Resolução CFC
OCPC 01 R1	Entidades de Incorporação Imobiliária		1.154/09 1.273/10
OCPC 02	Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008		1.157/09
OCPC 03	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (trata-se do CPC 14, que foi revogado)	IFRS 7, IAS 32 e IAS 39	1.199/09
OCPC 04	Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras		1.317/10
OCPC 05	Contratos de Concessão		1.1318/10

Fonte: www.cpc.org.br

Diante do exposto, surge a necessidade de que os conteúdos destes Pronunciamentos Contábeis sejam incluídos nas ementas das disciplinas do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal. Apesar de não ser objetivo deste trabalho a análise das ementas, a inclusão destes conteúdos no currículo que será proposto neste trabalho é essencial para que haja harmonização dos procedimentos adotados no Brasil aos padrões internacionais.

2.2 Um resumo sobre a história da Universidade Federal do Paraná

A história da Universidade Federal do Paraná é marcada por grandes feitos e está muito ligada à história de desenvolvimento do Estado do Paraná. Foi a ousadia e a competência de seus idealizadores, motivados pela sociedade paranaense, que fizeram da UFPR a primeira Universidade do Brasil.

Sua história começa em 1892, quando o político Rocha Pombo lançou na Praça Ouvidor Pardinho a pedra fundamental da Universidade do Paraná. Mas devido ao Movimento Federalista o projeto não foi adiante.

Foi apenas em 1912, quando o Paraná sentiu que precisava de massa crítica para defendê-lo, pois seu grupo intelectual era reduzido, que se iniciou novamente o movimento pró Universidade do Paraná. Nessa época, as lideranças políticas também se mobilizaram em prol da criação da Universidade, pois o Paraná havia perdido a Região do Contestado para Santa Catarina.

No dia 19 de dezembro de 1912, Victor Ferreira do Amaral e Silva liderou a criação efetiva da Universidade do Paraná. Era uma época próspera da economia paranaense, devido à abundante produção e ao bom comércio da erva-mate. “O dia 19 de dezembro representava a emancipação política do Estado e deveria também representar sua emancipação intelectual” – Victor Ferreira do Amaral.

Em 1913, a Universidade começou a funcionar – no início, como instituição particular. Os primeiros cursos ofertados foram Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia. Após ter fundado a Universidade do Paraná, Victor Ferreira do Amaral – que foi seu primeiro reitor – fez empréstimos e iniciou a construção do Prédio Central, na Praça Santos Andrade, em terreno doado pela Prefeitura. Na década seguinte veio a Primeira Guerra Mundial e com ela a recessão econômica e as primeiras dificuldades. Entre elas uma lei que determinava o fechamento das universidades, pois o Governo Federal não recebia bem as iniciativas surgidas de forma independente nos estados.

Era necessário então criar alternativas para evitar o fechamento da Universidade do Paraná. A forma encontrada na época para driblar a lei e continuar funcionando, foi desmembrar a Instituição em faculdades. Durante mais de trinta anos buscou-se novamente a restauração da Universidade, acontecida no início da década de 50, quando as faculdades foram reunidas e novamente foi formada a

Universidade do Paraná. Para essa unificação foi fundamental o apoio da imprensa e da comunidade.

Restaurada a Universidade, a próxima batalha visou sua federalização. Na época o reitor Flávio Suplicy de Lacerda mobilizou as lideranças do Estado e em 1950 a Universidade do Paraná tornava-se uma instituição pública e gratuita.

Após a federalização, deu-se uma fase de expansão da Universidade. A construção do Hospital de Clínicas em 1953, do Complexo da Reitoria em 1958 e do Centro Politécnico em 1961 comprova a consolidação da instituição.

Após 95 anos de história, marcada por perseverança e resistência, a UFPR é, além de símbolo de Curitiba, a maior criação da cultura paranaense. Uma instituição fruto da audácia de seus criadores que se orgulha de ser a primeira do Brasil e ao mesmo tempo é orgulho para todos os paranaenses.

2.3 Aspectos históricos do ensino superior da contabilidade no Brasil

No desenvolvimento de estudos que se propõem a averiguar a necessidade de adequação de conteúdos ao meio no qual está inserido, faz-se *mister* investigar os aspectos históricos, pois por meio desta linha do tempo busca-se a compreensão de fatos passados que servirão de suporte para decisões futuras. Neste contexto, Toynbee *apud* Parma (1982, p. 32) afirma: “Aqueles que não conhecem história estão fadados a repetir os seus erros. Terão que repisá-los”.

No processo de evolução da contabilidade no Brasil, observa-se que, inicialmente houve uma forte influência da escola italiana. Conforme Ludícibus (2009), hoje ainda se observam alguns problemas causados pela falta de habilidade na tradução de alguns documentos. Segundo este mesmo autor, em 1902 foi criada a Escola de Comércio Álvares Penteado que provavelmente tenha sido a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade, apesar de alguns autores que o pioneirismo foi da Escola Politécnica de São Paulo, tendo em vista que antes da referida data havia um curso que já incluía a disciplina Escrituração Mercantil. Cabe destacar que somente em 1949, por meio do Decreto Federal nº 26.775 é que a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado teve o seu Curso de Ensino Superior em Ciências Contábeis reconhecido.

Em 1945, por meio do Decreto Lei nº 7.988, sancionado pelo Presidente da República, criou-se o Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais com duração

de quatro anos. Ao final do curso era conferido ao aluno o grau de Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais. Além disto, conforme disposto no parágrafo único do Art. 5º do referido decreto: “o título de doutor será conferido ao candidato que, dois anos pelo menos depois de graduado, defender tese original de excepcional valor”.

Destaca-se ainda o Art. 7º deste mesmo decreto que afirma:

A Faculdade Nacional de Política e Economia, criada, na Universidade do Brasil, pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, e funcionará como um centro nacional de ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais, e bem assim de estudos e pesquisas nesses ramos dos conhecimentos científicos e técnicos.

Entretanto, foi em 1946 com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP e instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais. A partir deste momento, segundo Ludícibus (2009, p.22)

o Brasil ganhou o primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil nos moldes norte-americanos, isto é, com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor.

2.3.1 Um breve histórico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal Do Paraná

A origem do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR coincide com a criação da Faculdade de Administração e Finanças do Paraná, instituída em fevereiro de 1945, posteriormente transformada em Faculdade de Ciências Econômicas, pela reforma determinada no Decreto-Lei nº 7.988, de setembro de 1945, que criou os cursos de Ciências Econômicas e o de Ciências Contábeis e Atuariais.

Mais tarde, passou a ser denominada Faculdade de Economia e Administração e com a reforma do ensino, promovida em 1973 pelo Governo Federal, passou a ter sua atual denominação. Atualmente, o Setor desenvolve atividades de ensino para quatro cursos de graduação, dentre ele está o curso de Ciências Contábeis.

2.4 Currículo

No âmbito do Ministério da Educação, o Parecer nº 0269/2004 CES/CNE, dentre os princípios propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais está o de “assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas.”

Para atender a necessidade do curso, possibilitando a flexibilização, as Diretrizes Curriculares Nacionais recomendaram:

- a) conferir maior autonomia às instituições de ensino superior na definição dos currículos de seus cursos, a partir da explicitação das competências e das habilidades que se deseja desenvolver, através da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo da educação permanente;
- b) propor uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço do aluno;
- c) otimizar a estruturação modular dos cursos, com vistas a permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, bem como a ampliação da diversidade da organização dos cursos, integrando a oferta de cursos seqüenciais, previstos no inciso I do art. 44 da LDB;
- d) contemplar orientações para as atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar; e
- e) contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do ensino de graduação, norteando os instrumentos de avaliação.

Na elaboração de um Currículo, deve-se levar em consideração a necessidade de que Atividades Complementares se façam presente em sua estrutura. Sobre o assunto, o Parecer nº 0269/2004 CES/CNE afirma que:

As Atividades Complementares, por seu turno, devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internas ou externas ao curso, não se confundindo estágio curricular, supervisionado, com a amplitude e a rica dinâmica das Atividades Complementares.

Sendo assim, estas atividades buscam o estímulo à prática de estudos independentes e, principalmente de interdisciplinaridade, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

O referido Parecer trata de exemplificar algumas atividades que são consideradas Atividades Complementares, conforme segue:

"...as Atividades Complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, além de disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada instituição mas nele podem ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integram com os demais conteúdos realizados."

Além disso, no que tange aos conteúdos curriculares, a Resolução CNE/CES nº10/04 estabelece que, os cursos de graduação em Ciências Contábeis deverão contemplar em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que atendam conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais observadas o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

- a) conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- b) conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- c) conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Para se entender sobre a necessidade de reestruturação curricular nos cursos de Ciências Contábeis, faz-se *mister* conhecer a definição de currículo.

Segundo Barros (1974), pode-se afirmar que:

"em sentido amplo o currículo escolar abrange todas as experiências escolares. Em sentido restrito currículo escolar é o conjunto de matérias a serem ministradas em determinado curso ou grau de ensino. Neste sentido, o currículo abrange dois outros conceitos importantes: o de plano de estudos e o de programa de ensino.

Plano de estudos são matérias que devem ser ensinadas em cada grau ou ano escolares, com indicação do tempo de cada uma, expressas, geralmente, em horas e semanas.

Programa de ensino é a "relação dos conteúdos correspondentes a cada matéria do plano de estudos, em geral, e em cada ano ou grau, com indicação dos objetivos, dos rendimentos desejados e das atividades sugeridas ao professor para melhor desenvolvimento do programa e outras instruções metodológicas."

Em resumo, entende-se que o currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ações adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis por sua execução. Para isso, conforme Coll (2001), "o currículo proporciona informações concretas sobre que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar."

Deve-se atentar para a necessidade de que o currículo contenha disciplinas que estimulem competências exigidas para o exercício da cidadania e não somente para o desenvolvimento produtivo e para o exercício da competência profissional.

Sendo assim, o currículo deve ser tratado como elemento essencial na teoria da educação, afinal, ele reflete todas as experiências em termos de conhecimento que serão proporcionados ao aluno.

2.5 A evolução curricular

Currículo escolar representa a caminhada que o discente deve percorrer ao longo dos seus estudos. Neste contexto, Gimeno e Pérez (1998, p.125) afirmam que "a escolaridade é um percurso para os alunos/as, e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade".

Neste contexto cabe destacar que o Decreto-Lei nº 7.988 de 1945 estabeleceu o currículo do curso de ciências contábeis, ou seja, quais disciplinas deveriam ser ministradas, além de determinar a sequência na qual seriam ministradas, conforme demonstrado no quadro 4:

Quadro 4: Currículo Estabelecido pelo Decreto-Lei nº 7.988/45

ANO	DISCIPLINAS
Primeira Série	Análise Matemática Estatística Geral e Aplicada Contabilidade Geral Ciências da Administração Economia Política
Segunda Série	Matemática Financeira Ciências das Finanças Estatística Matemática e Demográfica Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola Instituição de direito público
Terceira Série	Matemática Atuarial Organização e Contabilidade Bancária Finanças das Empresas Técnica Comercial Instituições de Direito Civil e Comercial
Quarta Série	Organização e Contabilidade de Seguros Contabilidade Pública Revisões e Perícia Contábil Instituições de Direito Social Legislação Tributária e Fiscal Prática de processo Civil e Comercial

Fonte: Decreto-Lei nº 7.988/45

Com a imposição do currículo em tela, destaca-se a afirmação de Favarin (1994, p.9): “O currículo original que se apresenta, enxerga o contador de nível superior como um técnico em contabilidade melhorado”.

Até a década de 60, período no qual houve grandes mudanças no ensino superior, foi aplicado o currículo estabelecido no decreto. Em 20 de dezembro de 1961 passou a vigorar a Lei nº 4.022 que fixou Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Ensino que tinha como objetivo fixa os currículos mínimos e o período de duração dos cursos superiores com profissões regulamentadas em lei.

O curso de Ciências Contábeis, por já ter sido regulamentado, foi incluído na referida Lei à qual estabeleceu mudanças significativas que impactariam na formação do profissional Contador. Neste contexto, destaca-se a afirmação de Machado (1982, p.50):

Com o advento dessa nova legislação, os cursos de Ciências Contábeis perderam o caráter de rigidez a que estavam submetidos sob o império do Decreto-Lei nº 7.988, de 22/09/45, e do Decreto nº 1.401, de 31/07/1951, que impunham um currículo onde listavam as disciplinas a serem ministradas, e, no caso do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, indicavam inclusive a seriação que deveria constar do currículo.

O currículo mínimo estabelecia uma flexibilidade, ou seja, possibilitava a inclusão de disciplinas de acordo com a necessidade do mercado, tendo em vista que não determinavam quais seriam as disciplinas e a sequência a ser ministrada, mas as dividia em um ciclo básico e um ciclo de formação profissional, como segue:

Quadro 5: Divisão do Currículo de Ciências Contábeis em Ciclos Básico e Profissional

CICLO BÁSICO	Matemática Estatística Direito Economia
CICLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Contabilidade Geral Contabilidade Comercial Contabilidade de Custos Auditoria e Análise de Balanço Técnica Comercial Administração Direito Tributário

Fonte: Resolução s/n do Conselho Federal de Educação de 08 de fevereiro de 1963

De acordo com Bedone (1987, p.9)

A expressão Currículo Mínimo deve ser entendida, em termo de possibilitar o primeiro contato com a profissão, a aprender a estudar as teorias e técnicas que lhes são pertinentes e a aproveitar ao máximo as aquisições que a aprendizagem em serviço vai ensejar.

A análise cronológica das legislações contábeis auxilia no entendimento de como tem acontecido a evolução do Ensino nos cursos de Ciências Contábeis. Por este motivo, transcreveu-se o quadro de Sontag (2007, p.04), com algumas alterações.

Quadro 6: Legislações que tratam do Ensino Superior de Ciências Contábeis

ANO	DIPLOMA LEGAL	OCORRÊNCIA
1945	Lei nº 7.988	Instituído o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais
1946	Decreto nº 15.601	Autoriza a funcionar na FCEA o curso de Ciências Contábeis e Atuarias
1951	Lei nº 1.401	Desmembra os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais, criando de forma independente o curso de Ciências Contábeis, com duração de quatro anos para formar os bacharéis em Contabilidade
1961	Lei nº 4.024	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem com cria o Conselho Federal de Contabilidade
1962	Parecer nº 397/62	Divide os cursos de Ciências Contábeis, em ciclo de formação básica e formação profissional
1992	Resolução nº 3/92	Institui o currículo pleno, que fixa a duração mínima de quatro anos para os cursos diurnos e cinco anos para os cursos noturnos
1997	Edital nº 04/97	Da Secretaria da Educação Superior que tem por finalidade discutir as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores, adaptando-os a Lei
1997	Parece nº CES/CNE 776/97	Orientou sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais e os princípios a serem observados
2002	Parece nº CES/CNE 146/02	Tratou das Diretrizes Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis e outros
2003	Parece nº CES/CNE 67/03	Referencia para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação
2003	Parece nº CES/CNE 108/03	Tratou da integralização dos cursos presenciais de bacharelado e desta forma foi feita uma discussão e avaliação do tempo de duração aprovado em outros instrumentos legais
2003	Parece nº CES/CNE 289/03	Aprova as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular
2004	Parecer nº CES/CNE 269/04	Alteração do Parecer CNE/CES nº 289/2003 e da Resolução CNE/CES nº 6/2004, relativa a Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis
2004	Resolução nº CES/CNE 10/04	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior

Fonte: Valeretto (2010)

2.5.1 Currículo mundial proposto pelo ISAR/UNCTAD

O mundo está interligado. Os avanços tecnológicos e a necessidade de expansão de muitas empresas são fatores contribuintes neste processo. Com isto, a troca de informações e de conhecimento tem se tornado cada vez mais comum. Além disso, muitas pessoas mudam de país em busca de novas oportunidades e crescimento profissional.

Por este motivo, está em andamento o processo de uniformização do conhecimento em diversas áreas de atuação; e com o ensino no Curso de Ciências Contábeis não tem sido diferente.

A harmonização dos procedimentos contábeis aos padrões adotados mundialmente já é uma realidade no Brasil. Este processo é essencial, pois com a

presença de multinacionais no mercado surge a necessidade de adoção de um critério padrão de contabilização para que a análise econômico-financeira da empresa não seja afetada pelas diferenças de padrões adotados. Sendo assim, os Cursos de Ciências Contábeis devem adaptar os currículos com o intuito de harmonizar o conteúdo ensinado.

O ISAR – Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting – é um grupo criado em 1982 com o objetivo de, dentre outros, promover estudos e debates relacionados à contabilidade, formação profissional e divulgação das informações, sendo de caráter intergovernamental dedicado a transparência corporativa e às questões de contabilidade em nível corporativo, tratando de uma variedade de problemas na contabilidade corporativa e comunicação com vistas a melhorar a comparabilidade global e a confiabilidade de relatórios corporativos.

Neste contexto, Riccio e Sakata (2004, p. 36) acreditam que “a crescente harmonização dos princípios contábeis internacionais induz à conseqüente formação de um profissional de contabilidade com características similares nos diferentes países”.

Em 17 de fevereiro de 1999 foram aprovados na 16ª reunião da UNCTAD, em Genebra na Suíça, dois importantes documentos relativos à formação do Contador, foram eles: TD/B/COM.2/ISAR/5 (TD5) e TD/B/COM.2/ISAR/6 (TD6) denominados respectivamente de *Directiva para la Elaboración de un Programa Mundial de Estudios de Contabilidad y Otras Normas y Requisitos de Cualificación* e *Global Curriculum for the Professional Education of Professional Accountants*.

De acordo com o TD/B/COM.2/ISAR/5 entre os componentes para a qualificação dos contadores profissionais figuram os seguintes: (1) conhecimentos e aptidões gerais; (2) programa de estudos detalhado para a formação profissional (técnica); (3) exames profissionais; (4) experiência prática; (5) formação profissional continuada; e (6) um sistema de certificação.

Já o TD/B/COM.2/ISAR/6 foi elaborado para facilitar a comunidade internacional mostrando uma descrição das esferas das questões técnicas que um estudante deve dominar para ser um contador profissional. O plano de estudos divide-se em: (1) conhecimento da organização e a atividade comercial; (2) tecnologia da informação; e (3) conhecimentos contábeis e assuntos afins.

Em 31 de julho de 2003, foi aprovado na 20ª reunião da UNCTAD, outro documento na mesma linha dos anteriormente citados, o TD/B/COM.2/ISAR/21 (TD21), trazendo correções e modificações referentes às diretrizes curriculares propostas no TD6. Essa revisão já estava prevista no documento TD6, e foi resultante da necessidade de reforço na formação do Contador, principalmente baseado na quebra de grandes empresas norte-americanas ocorridas durante os anos de 2001 e 2002.

Uma pesquisa realizada por Pereira (2005), concluiu que a Resolução contempla o currículo mundial, demonstrando que há um elevado grau de adequação entre as diretrizes, onde foi alcançado através de comparação dos conteúdos dos mesmos. Tendo em vista os achados da pesquisa, o autor sugeriu que as IES brasileiras que oferecem o curso de Ciências Contábeis podem migrar para a estrutura proposta do currículo mundial de modo integral. Dessa forma, capacitando os egressos desses cursos a atuarem num contexto nacional e internacional.

A grade curricular é o principal meio de formação de um profissional. Por isso, em sua concepção, deve-se buscar a interdisciplinaridade, tendo em vista que isto causa certa independência para o profissional responsável por administrar, gerenciar determinado setor.

Quadro 7: Currículo Mundial ISAR/UNCTAD/ONU dividido em Blocos de Conhecimento

1 Conhecimentos Organizacionais e da Atividade Comercial
<p>1.1 Economia:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Microeconomia; b) Macroeconomia; c) Economia Nacional; d) Economia Internacional. <p>1.2 Métodos quantitativos e estatísticos para as empresas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Matemática; b) Matemática Financeira; c) Estatística Básica; d) Estatística Aplicada aos Negócios. <p>1.3 Políticas empresariais, de estruturas organizacionais básicas, e comportamento organizacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Fundamentos de Administração; b) Estruturas Empresariais (governo, indústrias, comércio, etc.); c) Psicologia Organizacional.

1.4 Funções e práticas administrativas, e gestão de operações:

- a) Gestão Estratégica dos Negócios;
- b) Gestão das Operações e Serviços;
- c) Gestão de Recursos Humanos;
- d) Gestão da Produção/Materiais.

1.5 Comercialização:

- a) Fundamentos do Comércio;
- b) Relações Públicas;
- c) Fundamentos de Marketing;
- d) Logística Empresarial.

1.6 Operações Comerciais Internacionais:

- a) Operações em Mercados Comuns (NAFTA, UE, MERCOSUL, etc.);
- b) Gestão Internacional de Recursos Humanos;
- c) Comércio Internacional.

2 Tecnologia de Informação**2.1 Tecnologia de informação:**

- a) Conceitos da Tecnologia da Informação (TI) para Sistemas Comerciais;
- b) Controle Interno dos Sistemas Informatizados de Gestão;
- c) Gestão, Implementação e uso de TI;
- d) Gestão da Segurança da Informação;
- e) Comércio Eletrônico.

3 Conhecimentos Contábeis, Financeiros e assuntos afins**3.1 Contabilidade básica:**

- a) História do Pensamento Contábil;
- b) Contabilidade Geral;
- c) Normas da Profissão Contábil;
- d) Contabilidade Internacional;
- e) Teoria da Contabilidade;
- f) Introdução à Análise de Balanços.

3.2 Contabilidade financeira:

- a) Contabilidade Avançada;
- b) Contabilidade Comercial;
- c) Contabilidade Ambiental;
- d) Normas Nacionais de Contabilidade;
- e) Normas Internacionais de Contabilidade;
- f) Preparação de Informes de Vários Tipos de Empresas.

3.3 Contabilidade financeira avançada:

- a) Tópicos Contemporâneos;
- b) Contabilidade Avançada Aplicada (consolidação);

3.4 Contabilidade gerencial – conceitos básicos:

- a) Contabilidade Análise de Custos;
- b) Análise de Custos;
- c) Análise de Balanços Avançados.

3.5 Tributação:

- a) Contabilidade Tributária;
- b) Atuária;
- c) Direito Tributário.

3.6 Sistemas de informações contábeis:

- a) Sistemas de Informações Gerenciais;
- b) Desenvolvimento de Sistema de Informação Contábil;
- c) Funcionamento dos Programas Informáticos Comerciais;

3.7 Legislação Comercial

- a) Direito Comercial;
- b) Legislação Social/Trabalhista;
- c) Direito Público e Privado;
- d) Legislação Societária,

3.8 Fundamentos sobre auditoria:

- a) Princípios e Conceitos de Auditoria;
- b) Normas Nacionais/Internacionais de Auditoria;
- c) Auditoria de Sistemas Informatizados;
- d) Avaliação e Planejamento de Auditoria.

3.9 Finanças empresariais e gestão financeira:

- a) Mercado de Capitais e Financeiros;
- b) Gestão Financeira em Organizações Internacionais;

3.10 Módulo sobre integração do conhecimento:

- a) Jogos de Empresas;
- b) Estudos de Caso;
- c) Jogos de Simulação Computadorizados.

4 Conhecimento (avançado) em Contabilidade, Finanças e assuntos afins (optativo)

4.1 Demonstrações financeiras avançadas e Contabilidade industrial:

- a) Contabilidade das Instituições Financeiras e Bancárias;
- b) Contabilidade Agrícola;
- c) Contabilidade Imobiliária;
- d) Contabilidade Governamental;
- e) Contabilidade de Organizações Não Governamentais;
- f) Contabilidade Industrial.

4.2 Contabilidade gerencial avançada:

- a) Custos Avançados;
- b) Gestão de Sistemas de Informações Gerenciais;
- c) Técnicas Quantitativas no Apoio às Decisões.

4.3 Tributação avançada:

- a) Planejamento Tributário;
- b) Regimes/Tratados Fiscais de Países Estrangeiros.

4.4 Direito empresarial avançado:

- a) Direito Internacional Trabalhista e Comercial;

4.5 Auditoria avançada:

- a) Auditoria Contínua;
- b) Auditoria Ambiental;
- c) Auditoria Pública;
- d) Auditoria em Mercado de Capitais;
- e) *Software* de Auditoria.

4.6 Finanças empresariais avançadas e Administração financeira:

- a) Gestão de Tesouraria;
- b) Gestão Pública;
- c) Gestão de Riscos;
- d) Gestão de Carteiras.

4.7 Estágio Contábil:

- a) Estágio Supervisionado

Fonte: Ricio e Sakata (2004, p.28) – Adaptado pelo autor

Conforme Czesnat e Cunha (2009, p.5), o objetivo principal deste documento “é servir como base para as instituições de ensino superior formular os seus próprios currículos, buscando uma uniformização dos estudos de contabilidade.”

O item quatro - Conhecimento (avançado) em Contabilidade, Finanças e assuntos afins – é o único de caráter optativo, sendo todos os demais de caráter obrigatório.

2.5.2 Currículo da Universidade Federal do Paraná

Para uma melhor análise dos dados, o quadro 8 expõe o currículo atualmente adotado pelo curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná, não se incluindo as disciplinas semipresenciais:

Quadro 8: Currículo da Universidade Federal do Paraná dividida em Blocos de Conhecimento

1 Conhecimentos Organizacionais e da Atividade Comercial
Economia Matemática Financeira; Estatística II; Administração B; Introdução a Gestão do Conhecimento.
2 Tecnologia de Informação
Tecnologia de informação; Laboratório de Informática.
3 Conhecimentos Contábeis, Financeiros e assuntos afins
Contabilidade básica Contabilidade Internacional; Teoria da Contabilidade; Análise das Demonstrações Contábeis Contabilidade Societária; Contabilidade Empresarial; Contabilidade e Análise de Custos; Controladoria; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Tributária; Semiótica Aplicada ao Sistema de Informações Contábeis; Direito Comercial; Direito do Trabalho; Auditoria; Finanças Corporativas e Mercado de Capitais.
4 Conhecimento (avançado) em Contabilidade, Finanças e assuntos afins (optativo)
4.1 Demonstrações financeiras avançadas e Contabilidade industrial: Tópicos Específicos de Contabilidade; Contabilidade Pública; Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II; Perícia Contábil.
5 Conhecimentos Gerais
Ética Geral e Profissional; Seminários Avançados; Sociologia e Sociedade Contemporânea; Metodologia da Pesquisa Aplicada a Contabilidade

Fonte: UFPR

3 METODOLOGIA

Segundo Oliveira et all (2003, p. 135) “método nada mais é que o caminho a ser percorrido para atingir o objetivo proposto”. Portanto, metodologia - o estudo dos métodos - descreve o caminho a ser trilhado pelo pesquisador.

A pesquisa científica para Gil (1991, p. 19) é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A concretização da pesquisa científica se dá mediante a elaboração de um projeto, que Gil (1991, p. 22) afirma ser “[...] o documento explicitador das ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa”. Sendo assim, o presente projeto visa especificar os objetivos da pesquisa, justificar a sua realização, definir a modalidade e os procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 Quanto à finalidade

Esta pesquisa é de finalidade descritiva, pois de acordo com Gil (1991, p.46) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

No presente trabalho, o objetivo é descrever quais mudanças deverão ocorrer na estrutura curricular da Universidade Federal do Paraná para que o profissional por ela formado ingresse no mercado atentando aos requisitos exigidos.

3.2 Quanto aos meios

Quanto aos meios será uma pesquisa bibliográfica, pois será desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído por artigos, livros, dissertações e teses, que fundamentarão o referencial teórico. E também serão aplicados questionários aos alunos da instituição em análise, além de utilizar as ementas curriculares da universidade.

3.3 Quanto à amostra

A pesquisa será realizada por meio da análise de documentos, textos, sendo necessariamente qualitativa, tendo em vista que as conclusões serão interpretativas e contextuais e não serão utilizadas técnicas estatísticas.

3.4 Quanto à coleta e análise de dados

Os dados serão obtidos por meio do atual currículo que utilizado no programa de formação do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Paraná.

Adicionalmente, será analisado ao TD21, documento da ISAR/UNCTAD em que constam as disciplinas previstas no currículo mundialmente proposto por grupo de trabalho.

Apesar de este documento conter as disciplinas e o conteúdo que deve ser lecionado em cada uma delas, a análise dos dados coletados tomará como base a divisão em módulo existente no próprio documento.

A análise de dados será interpretativa e contextual.

4 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção serão apresentados e análise os resultados da pesquisa, sendo dividida em duas partes. A primeira destinada a comparação e análise da grade curricular adotada pela Universidade Federal do Paraná com o modelo mundialmente proposto pelo ISAR/UNCTAD. A segunda parte está voltada para apresentação de uma sugestão de currículo a ser adotada pela UFPR, juntamente com uma sugestão de inclusão dos Pronunciamentos Contábeis editados até presente na ementa de algumas disciplinas.

Na UFPR, a estrutura curricular atualmente adotada conta com um total de 31 (trinta e uma) disciplinas obrigatórias, além de algumas de caráter eletivo e o curso possui uma duração total de quatro anos.

Para efeito de harmonização, a análise comparativa tomou como base a nomenclatura, mesmo que seu conteúdo não esteja totalmente abrangido. A classificação das disciplinas adotadas pela Universidade Federal do Paraná foi realizada pelo autor, tomando como base os blocos adotados pela ISAR/UNCTAD. As disciplinas que não estavam prevista no padrão adotado por este órgão e estavam relacionadas a área contábil foram classificadas como de caráter optativo; e as que não são de assuntos afetos a contabilidade, foram classificadas como de conhecimento geral. Desta forma a comparação se torna mais clara, podendo ser realizada por blocos de conhecimento.

Os valores não devem ser considerados de forma isolada, pois a simples nomenclatura da disciplina não evidencia todo o seu conteúdo. Ainda assim, tratando-se de uma pesquisa exploratória, as resultantes das comparações podem fornecer indícios sobre o processo de harmonização.

4.1 Comparação entre a estrutura curricular adotada pela UFPR e a estrutura curricular adotada pelo ISAR/UNCTAD

Os resultados desta pesquisa, por ser de caráter exploratória, podem ser utilizados como base para as demais Instituições de Ensino Superior que oferecem o Curso de Ciências Contábeis.

Para efeito de comparação utilizou-se a divisão por módulos, conforme prevista no TD21:

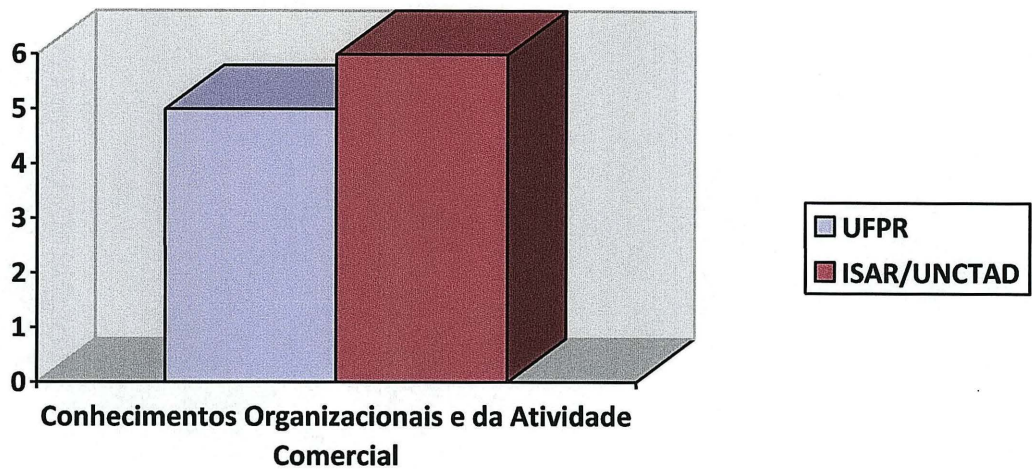
Quadro 9: Currículo Mundial ISAR/UNCTAD/ONU divididos em Módulo

1 Conhecimentos Organizacionais e da Atividade Comercial
1.1 Módulos sobre Economia;
1.2 Módulo sobre Métodos quantitativos e estatísticos para as empresas;
1.3 Módulo sobre Políticas empresariais, de estruturas organizacionais básicas, e comportamento organizacional;
1.4 Módulo sobre as Funções e práticas administrativas, e gestão de operações;
1.5 Módulo sobre Comercialização;
1.6 Módulo sobre Operações Comerciais Internacionais.
2 Tecnologia de Informação
2.1 Módulo sobre Tecnologia de informação.
3 Conhecimentos Contábeis, Financeiros e assuntos afins
3.1 Módulo sobre Contabilidade básica;
3.2 Módulo sobre Contabilidade financeira;
3.3 Módulo sobre Contabilidade financeira avançada;
3.4 Módulo sobre Contabilidade gerencial – conceitos básicos;
3.5 Módulo sobre Tributação;
3.6 Módulo sobre Sistemas de Informações Contábeis;
3.7 Módulo sobre Legislação Comercial;
3.8 Módulo sobre Fundamentos sobre auditoria;
3.9 Módulo sobre Finanças empresariais e gestão financeira;
3.10 Módulo sobre integração do conhecimento.
4 Conhecimento (avançado) em Contabilidade, Finanças e assuntos afins (optativo)
4.1 Módulo sobre Demonstrações financeiras avançadas e Contabilidade industrial;
4.2 Módulo sobre Contabilidade gerencial avançada;
4.3 Módulo sobre Tributação avançada;
4.4 Módulo sobre Direito empresarial avançado;
4.5 Módulo sobre Auditoria avançada;
4.6 Módulo sobre Finanças empresariais avançadas e Administração financeira;
4.7 Módulo sobre Estágio Contábil.

Fonte: TD/B/COM.2/ISAR/21

Os gráficos a seguir, demonstram o grau de harmonização da estrutura Curricular da UFPR com a estrutura curricular sugerida pelo ISAR/UNCTAD.

Gráfico 1: Conhecimentos Organizacionais e da Atividade Comercial

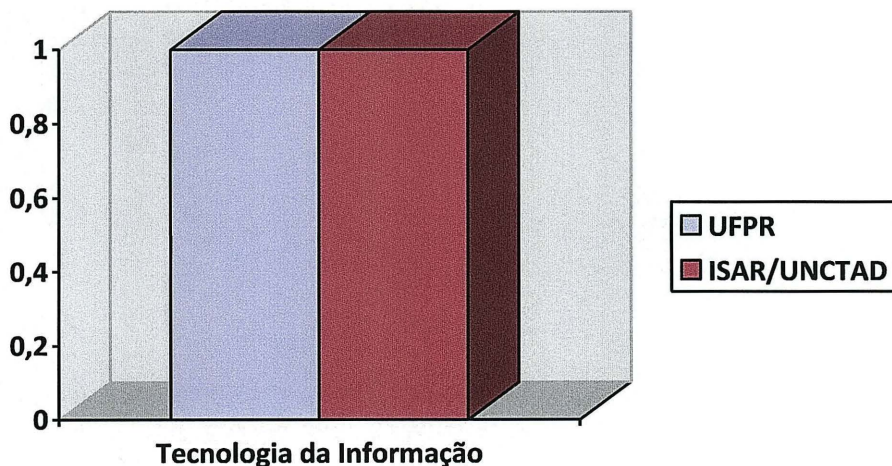


Fonte: Elaborado pelo autor

No bloco de Conhecimentos Organizacionais e da Atividade Comercial, o currículo da UFPR se aproxima bastante do currículo proposto pela ISAR/UNCTAD, chegando a atingir 83% de similaridade.

Para estar totalmente de acordo com o modelo mundialmente proposto, a Universidade Federal Paraná deve incluir em seu currículo disciplina relacionada ao Comércio Internacional. Além disso, faz-se necessária uma reestruturação dos conteúdos aplicados no Módulo sobre Métodos quantitativos e estatísticos para as empresas, que serão detalhados em tópico específico.

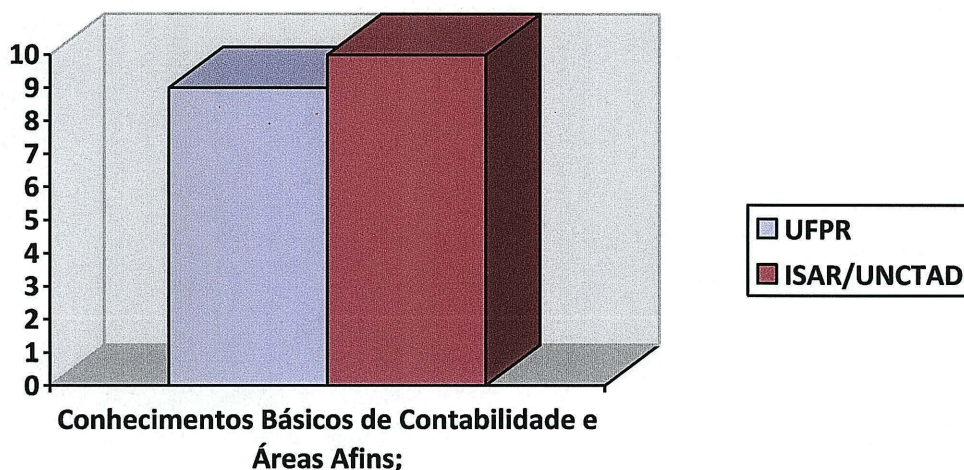
Gráfico 2: Tecnologia da Informação



Fonte: Elaborado pelo autor

O Bloco de Tecnologia da Informação está totalmente de acordo com o currículo mundialmente proposto pelo ISAR/UNCTAD.

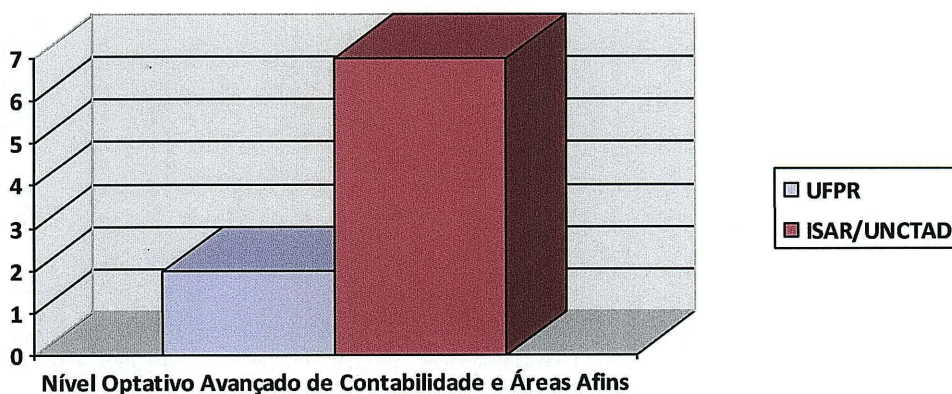
Gráfico 3: Conhecimentos Básicos de Contabilidade e Áreas Afins



No Bloco de Conhecimentos Básicos de Contabilidade e Áreas Afins, o currículo aplicado na Universidade Federal do Paraná atinge 90% de similaridade com o currículo mundialmente proposto.

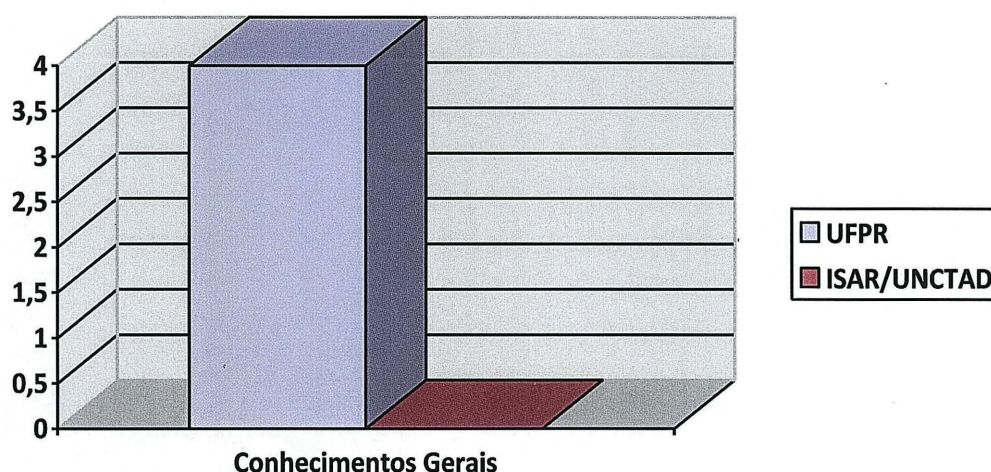
Para estar totalmente de acordo, faz-se necessária a inclusão de disciplina relacionada à Integração dos Conhecimentos, sendo esta uma mudança essencial para que a formação do Contador atenda uma das exigências feitas pelas empresas no momento da contratação deste profissional.

Gráfico 4: Nível Optativo Avançado de Contabilidade e Áreas Afins



O bloco Nível Optativo Contabilidade Avançada e Áreas Afins, apesar de não compor o grupo de matérias eletivas, também foi objeto de comparação, tendo em vista que no currículo da UFPR consta 29% dos módulos previstos no currículo da ISAR/UNCTAD. Entretanto, cabe a ressalva de que, no Módulo sobre Demonstrações financeiras avançadas e Contabilidade industrial constam seis disciplinas, sendo que a UFPR ministra cinco delas em suas disciplinas de caráter obrigatório, o que corresponde a 83% de similaridade.

Gráfico 5: Conhecimentos Gerais



Fonte: Elaborado pelo autor

Por último, optou-se por analisar o bloco referente aos Conhecimentos Gerais, tendo em vista que este é um bloco constante do currículo da UFPR, porém não há menção a estas disciplinas nos módulos disposto no TD21. Entretanto, no início do documento, demonstra-se preocupação sobre este bloco de conhecimento, afirmando que muitos entendem que os conhecimentos gerais devem ser ensinados ao longo do ensino que antecede o ingresso na Universidade. Esta não é uma realidade no Brasil e por isso a disciplinas elencadas nos blocos de conhecimentos são importantes para a formação do Contador e devem ser mantidas no currículo da Universidade.

4.2 Proposta de estrutura curricular a ser adotada pela UFPR

Com base nos resultados apresentados, será proposto um currículo a ser adotado pela UFPR, em que as disciplinas estejam totalmente de acordo com o currículo proposto pela ISAR/UNCTAD, além das adaptações necessárias a realidade do país.

Quadro 10: Proposta de Currículo para UFPR dividida em Blocos de Conhecimento

1 Conhecimentos Organizacionais e da Atividade Comercial
Economia; Matemática Financeira; Introdução a Gestão do Conhecimento. Disciplinas Excluídas: Estatística II. Disciplina Alterada: Administração B → Administração. Disciplinas Incluídas: Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade; Comércio Internacional.
2 Tecnologia de Informação
Tecnologia de informação; Laboratório de Informática.
3 Conhecimentos Contábeis, Financeiros e assuntos afins
Contabilidade básica; Teoria da Contabilidade; Análise das Demonstrações Contábeis; Contabilidade Societária; Contabilidade Empresarial; Contabilidade e Análise de Custos; Controladoria; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Tributária; Semiótica Aplicada ao Sistema de Informações Contábeis; Direito Comercial; Direito do Trabalho; Auditoria; Finanças Corporativas e Mercado de Capitais. Disciplina Excluída: Contabilidade Internacional. Disciplinas Incluídas: Comércio Internacional;

Jogos de Empresas.
4 Conhecimento (avançado) em Contabilidade, Finanças e assuntos afins (optativo)
4.1 Demonstrações financeiras avançadas e Contabilidade industrial:
Tópicos Específicos de Contabilidade; Contabilidade Pública; Perícia Contábil.
Disciplinas Excluídas: Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II;
Disciplinas Incluídas: Monografia I; Monografia II.
5 Conhecimentos Gerais
Ética Geral e Profissional; Sociologia e Sociedade Contemporânea; Metodologia da Pesquisa Aplicada a Contabilidade.
Disciplina Excluída: Seminários Avançados.

Fonte: Elaborado pelo autor

Atualmente, para o curso de Ciências Contábeis da UFPR está prevista carga horária total de 3.000 horas. Com o intuito de demonstrar a carga horária a ser aplicada em cada disciplina, juntamente com a distribuição ao longo dos quatro anos do curso de formação, o quadro 11 demonstra uma sugestão de distribuição destas disciplinas. Destaca-se que a carga horária presencial para cada ano letivo é de 600 horas, podendo haver a inclusão de disciplinas no período de férias. Além disso, disciplinas semipresenciais, não presenciais e atividades complementares contribuem para atingir a carga horária total prevista para o curso.

Quadro 11: Proposta de Grade Curricular e Carga Horária por disciplina da UFPR

ANO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
1º Ano	Administração	120 horas
	Contabilidade Básica	120 horas
	Economia	120 horas
	Matemática Financeira	120 horas
	Metodologia da Pesquisa Aplicada a Contabilidade	60 horas
	Semiótica Aplicada ao Sistema de Informações Contábeis	60 horas
Total do Ano		600 horas
2º Ano	Contabilidade Empresarial	120 horas
	Contabilidade Pública	120 horas
	Ética Geral e Profissional	60 horas
	Direito Comercial	60 horas
	Direito do Trabalho	60 horas
	Sociologia e Sociedade Contemporânea	60 horas
	Tecnologia da Informação	60 horas
	Laboratório de Informática	60 horas
Total do Ano		600 horas
3º Ano	Monografia I (Não presencial)	120 horas
	Contabilidade Societária	120 horas
	Introdução à Gestão do Conhecimento	60 horas
	Análise das Demonstrações Contábeis	60 horas
	Contabilidade e Análise de Custos	120 horas
	Finanças Corporativas e Mercado de Capitais	120 horas
	Contabilidade Tributária	120 horas
	Métodos Quantitativos (férias)	60 horas
Total do Ano		780 horas
4º Ano	Tópicos Específicos da Contabilidade	120 horas
	Perícia Contábil	60 horas
	Controladoria	120 horas
	Contabilidade Gerencial	120 horas
	Teoria da Contabilidade	60 horas
	Auditoria	60 horas
	Comércio Internacional (férias)	60 horas
	Monografia II (não presencial)	240 horas
	Jogos de Empresas (semipresencial)	60 horas
Total do Ano		900 horas
	Atividades Complementares	120 horas
Total Geral		3.000 horas

Fonte: Elaborado pelo autor

A necessidade de reestruturação baseia-se na Resolução CNE/CES nº10/04 ao afirmar que o currículo tem por objetivo "... proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio...".

Sendo assim, será analisada cada uma das modificações propostas para o currículo da Universidade Federal do Paraná:

- a) Administração: Para esta disciplina houve apenas a mudança de nomenclatura, tendo em que, se não há a disciplinas Administração A, não há necessidade da denominação da disciplina, tal como era: Administração B. Diante do exposto, faz-se a proposição da modificação para Administração;
- b) Estatística: Esta disciplina não demonstra como seu conteúdo pode ser aplicado à Contabilidade. Por este motivo, sugere-se a sua exclusão;
- c) Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade: O objetivo é ensinar os conceitos estatísticos aplicados a Contabilidade. Além disso, serão demonstradas as aplicações da Matemática Financeira dentro do atual perfil exigido para o Contador. Desta forma, sugere-se esta disciplina seja ministrada no período de férias entre o terceiro e quarto anos do curso, pois já é possível demonstrar sua aplicação em testes de imparidade, testes de recuperabilidade, entre outras. Destaca-se a necessidade de previsão editalícia, tendo em vista ter que ser aplicada fora do período letivo;
- d) Contabilidade Internacional: Considerando que, com a harmonização contábil, as práticas adotadas no Brasil estão se aproximando práticas internacionalmente praticadas. Em função deste processo de convergência, o conteúdo atualmente ensinado nesta disciplina deverá ser redirecionado para as disciplinas básicas do curso, por meio da inclusão dos Pronunciamentos Contábeis nas ementas;
- e) Comércio Internacional: O objetivo desta disciplina é examinar a função das atividades operacionais e financeiras e suas repercussões nas empresas e no comércio internacional. Destaca-se a necessidade de ser ministrado o funcionamento dos registros tributários que poderão variar de acordo com a forma de comercialização. Esta disciplina possibilitará que o

formando possa chegar melhor preparado para atuar na área aduaneira das empresas. Sugere-se que esta disciplina seja aplicada no quarto ano do curso;

- f) **Jogos de Empresas:** O objetivo desta disciplina é integrar os conhecimentos aprendidos ao longo do curso, exigindo do aluno a capacidade de raciocínio intelectual, aliada a capacidade de comunicação verbal, escrita e de relacionamento interpessoal. Esta disciplina deve ser estudada no último ano do curso. Esta disciplina será semipresencial e deverá ser feita em grupo. Durante a aula será apresentado o cenário base para a tomada de decisão, além de serem apresentadas as premissas que serão analisadas pelos alunos ao longo da semana. A cada aula será apresentado novo cenário, novas premissas e discutido os resultados;
- g) **Estágio Supervisionado:** Em síntese, o atual modelo adotado da UFPR estabelece que os alunos, em grupo de no máximo quatro, deverão procurar uma empresa, preferencialmente do ramo industrial, que possibilite acesso a sua contabilidade a fim de que sejam executados diversos procedimentos. Ao final, o grupo é submetido a uma banca avaliadora. Este modelo apresenta falhas, pois a Universidade não mantém convênio com entidades, sendo muito difícil que estas queiram aceitar que alunos, que por vezes trabalham em sua concorrente, tenham acesso aos seus dados. Em algumas ocasiões, as empresas inicialmente disponibilizam as informações, mas num segundo momento desistem, atrapalhando o andamento do trabalho e gerando estresse desnecessário. Diante do exposto, sugere-se a exclusão desta disciplina do currículo;
- h) **Monografia:** Apesar de ser uma disciplina opcional, conforme preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso de Bacharelado, como característica própria, deve estimular à pesquisa. Além de trabalhos acadêmicos realizados ao longo do curso, a Monografia é uma disciplina muito importante neste processo.

4.2.1 Proposta de Inclusão dos Pronunciamentos Contábeis no Conteúdo das Disciplinas da UFPR

Quadro 12: Proposta de Inclusão dos Pronunciamentos Contábeis no Conteúdo das Disciplinas da UFPR

Contabilidade Básica	CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 04 (R1) - Ativo Intangível CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08 CPC 16 (R1) – Estoques CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis CPC 27 - Ativo Imobilizado CPC 30 - Receitas
Contabilidade Empresarial	CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais CPC 12 - Ajuste a Valor Presente CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação CPC 28 - Propriedade para Investimento CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (com Glossário de Termos)
Contabilidade Societária	CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações CPC 15 - Combinação de Negócios CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) CPC 20 - Custos de Empréstimos CPC 21 - Demonstração Intermediária CPC 22 - Informações por Segmento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro CPC 24 - Evento Subsequente CPC 33 - Benefícios a Empregados CPC 35 - Demonstrações Separadas CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 41 - Resultado por Ação
Contabilidade Tributária	CPC 32 - Tributos sobre o Lucro
Tópicos Específicos de Contabilidade	CPC 11 - Contratos de Seguro CPC 17 - Contratos de Construção CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola

Fonte: Elaborado pelo autor

Os Pronunciamentos Contábeis foram editados com o intuito de harmonizar os procedimentos contábeis adotados no Brasil aos padrões internacionais. Desta forma, torna-se essencial que seus conteúdos sejam ministrados ao longo do curso de graduação como forma de melhor preparar os formandos para as necessidades do mercado globalizado.

Neste contexto, o objetivo do quadro acima é correlacionar o conteúdo dos pronunciamentos com as disciplinas constantes no currículo da Universidade Federal do Paraná.

Para elaboração do quadro, tomou-se como referência a ementas aplicadas pelas disciplinas e os conteúdos dos Pronunciamentos Contábeis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a ciência contábil vem passando por mudanças significativas desde o final de 2007. Novos entendimentos estão surgindo, fazendo com que a contabilidade brasileira entre em harmonia com os padrões adotados mundialmente. Com isto, neste mercado cada vez mais globalizado, onde fronteiras parecem não existir, o nível de comparabilidade das empresas torna-se cada vez melhor, pois as formas de contabilização são similares.

No contexto mundial, para melhor formar os alunos dos cursos de ciências contábeis, o ISAR/UNCTAD fez uma proposta para padronizar e harmonizar o currículo do curso, de modo a reduzir as disparidades existentes entre os sistemas nacionais de educação no mundo.

Além disso, a nível nacional, o Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Pronunciamentos vêm elaborando normas com o objetivo de convergir os entendimentos adotados no Brasil com o restante do mundo.

Por este motivo, faz-se necessário que o currículo do curso seja adaptado a ao padrão recomendado pelo ISAR/UNCTAD e, conseqüentemente, a atual necessidade do mercado.

A questão de pesquisa consistiu em identificar a necessidade de reestruturação curricular no curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Paraná como consequência da harmonização da ciência contábil, fazendo uma análise comparativa entre o currículo na UFPR com a proposta mundial do ISAR/UNCTAD.

Os objetivos específicos foram: identificar as disciplinas que compõem o currículo da UFPR; identificar as disciplinas que compõem o currículo proposto pelo ISAR/UNCTAD; identificar as similaridades e divergências entre o currículo proposto pela UFPR; ISAR/UNCTAD, propor um currículo, tendo como base o previsto no ISAR/UNCTAD e propor a inserção do conteúdo de alguns Pronunciamentos Contábeis nas disciplinas básicas do currículo proposto.

Este estudo servirá de apoio para que os gestores do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná modifiquem o currículo atualmente adotado pela instituição, adaptando-o ao modelo mundialmente proposto pelo ISAR/UNCTAD. Destaca-se que o currículo da Universidade deve atender também as necessidades locais.

Assim, para atender aos objetivos pretendidos, estudou-se o currículo adotado pela Universidade Federal do Paraná, comparando-o com o modelo mundialmente proposto. A análise foi realizada com base na divisão em módulos que está prevista no TD21, emitido pela ISAR/UNCTAD.

Na análise dos resultados, percebeu-se que todas as disciplinas que constam no atual currículo da Universidade Federal do Paraná, excetuando-se as de conhecimentos gerais, integram a proposta do ISAR/UNCTAD, sejam a nível obrigatório ou optativo. Entretanto, algumas disciplinas exigidas pelo organismo internacional não estão presentes no currículo da IES analisada, sendo essencial sua inclusão no currículo desta.

Além disso, como forma de contribuir neste processo, foi proposta uma correlação entre os CPC's emitidos e as disciplinas que compõem o currículo da Universidade, com o objetivo de nortear o corpo docente no momento de lecionar a respectiva disciplina.

Portanto, observou-se que a UFPR necessita fazer alguns ajustes no seu currículo para atender a proposta feita pelo ISAR/UNCTAD, principalmente no que tange o comércio internacional e a integração de conhecimentos.

A adoção dos ajustes propostos contribuirá para que os alunos recém-formados estejam mais bem preparados para lidar com as oportunidades que são oferecidas por multinacionais.

REFERÊNCIAS

BARROS, Samuel Rocha. **Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau**. Volume 1. São Paulo : Francisco Alves S/A, 1974.

BEDONE, Dalva. **Manual Didático Pedagógico**. Campinas: PUCCAMPINAS, 1987.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 17 dez, 1976.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, p.7, 28 dez, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 28 dez, 2009.

BRASIL. Resolução CFC nº 1.055/2005. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 24 out, 2005.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

COLL, César. **Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica a elaboração do currículo escolar**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2001.

CZESNAT, Aline Fernandes de Oliveira; CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da. **Uma análise comparativa entre os currículos dos cursos de ciências contábeis das universidades do estado de Santa Catarina listadas no MEC com o currículo internacional proposto pela UNCTAC/ONU/ISAR**. XII SEMEAD – Empreendedorismo e Inovação, Santa Catarina, 2009. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/745.pdf>
Acesso em: 08 mai. 2011

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas: 1995.

ERNST & YOUNG, FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FAVARIN, Antonio Marcos. **Didática Aplicada ao Ensino de Contabilidade em nível de 3o grau** – São Paulo: Dissertação de Mestrado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIMENO, Sacristán J. e PÉREZ, Gómez A. I. **Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Márcia Reis. **O resultado econômico-financeiro proporcionado aos profissionais mediante conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu* em contabilidade, 1998-2001**. Dissertação de Mestrado: João Pessoa, 2003.

MÜLLER, Aderbal Nicolas; SCHERER, Luciano Marcio. **Contabilidade Avançada e Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PARANÁ. **A história da Universidade Federal do Paraná**. Disponível em http://www.ufpr.br/adm/templates/p_index.php?template=1&Cod=81&hierarquia=6.1.2 (Acessado em 20 de outubro de 2010 às 17:25h)

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva (coord). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PARMA, Hamilton. **Delineamentos Histórico-Contábeis**. In: Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 1982.

PEREIRA, Dimmitre Morant Vieira Gonçalves; LOPES, Jorge Exedito Gusmão. **Um estudo sobre a formação do bacharel em ciências contábeis e as implicações curriculares**. In: II Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares: Impasses, Tendências E Perspectivas, 2005, João Pessoa. Anais do II Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares: Impasses, Tendências e Perspectivas, 2005.

RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. **Evidências da Globalização na Educação Contábil: Estudo das Grades Curriculares dos Cursos de Graduação em Universidades Brasileiras e Portuguesas**. Revista contabilidade & finanças, São Paulo, v. 35, p. 35-44, 2004.

SONTAG, Anderson Giovane et al. **Fatores que influenciam a opção pelo curso de Ciências Contábeis**. VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – UNIOESTE, 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%202%20-%20Fatores%20que%20influenciam%20a%20op%E7%E3o%20pelo%20curso%20de%20Ci%Eancias%20Cont%E1beis.pdf>> Acesso em: 25/04/2011

VALERETTO, Gerson João. **A temática tributária na formação dos bacharéis em Ciências contábeis: um estudo comparativo entre os Conteúdos das Universidades Federais brasileiras com a proposta nacional do Conselho Federal de Contabilidade – CFC/Fundação Brasileira de Contabilidade – FBC e proposta do UNCTAD/ ISAR**. Curitiba: Dissertação de Mestrado, 2010.